

VIVÊNCIAS E REFLEXÕES DA PEDAGOGIA E PSICOPEDAGOGIA NA MEDIAÇÃO EM CASAS DE ACOLHIMENTO

Naila Jenisch Chaves; Edilene Firmino da Silva; Maria Jose de Lima Cena;
Quézia Flor Furtado

Universidade Federal da Paraíba
nailajc.contato@gmail.com
edilenefapedagogia@gmail.com
mariajosefcj@yahoo.com.br
queziaflor@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as vivências e reflexões da mediação nas casas de acolhimento, a partir das ações realizadas no PET/Conexões de Saberes – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas – UFPB, no qual presenciamos diversas realidades através das dificuldades da aprendizagem dos adolescentes em vulnerabilidade social, que tiveram seus direitos violados, e são marcados (as) pelo abandono e ou afastamento do convívio familiar, e que na escola se encontram em situação de fracasso. Diante desta realidade, é necessário compreender como acontece o processo de interação entre a pedagogia e psicopedagogia nestes espaços, suas vivências, desafios, considerando as dificuldades na aprendizagem dos acolhidos, para a compreensão de toda a prática educativa a ser trabalhada. Como essas áreas, dialogam na idealização de ações, que venham a possibilitar um novo olhar, desses adolescentes não só para a educação institucional, como para a sua autonomia. Os caminhos e as alternativas construídos para a participação dos coadjuvantes sociais, através do processo de ensino-aprendizagem, são realizados pela pedagogia e psicopedagogia, de forma complementar e estão inter-relacionadas, em suas atuações. A reciprocidade comunicativa da relação entre os acolhidos e os mediadores, se constrói no decorrer da mediação, que pode advir de uma rejeição inicial, até o estabelecimento da confiança necessária para a prática mediativa, na qual os saberes e fazeres são um processo que necessita da predisposição desse adolescente para que a aprendizagem ocorra. Diante desta situação, as contribuições das mediações, podem concorrer para que este sujeito institucionalizado em casa de acolhimento inclua um novo aprendizado, integrando ao que já possui e projete um futuro de possibilidades num processo contínuo e progressivo do ato de aprender. Um percurso, que necessita da atuação de todos os atores sociais que estão direta ou indiretamente ligados a eles, e da pedagogia e psicopedagogia para que este adolescente almeje ser protagonista da aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem, Autonomia, Mediação, Vulnerabilidade.

Introdução

A educação desde a colonização do Brasil passou por diversos processos, ela inicia em 1549 com a chegada dos Jesuítas em terras brasileiras, usando um modelo catequético de educação, construindo as primeiras salas de aulas para os curumins (filhos dos índios) e órfãos portugueses. Posteriormente, o foco do ensino mudou para os filhos dos colonos, e filhos de escravos que eram alfabetizados para serem convertidos (SCACHETTI, 2013).

Esta educação no decorrer da história, traz intrínseco um modelo de segregação entre: uma minoria elitista, na qual tinha uma educação de qualidade, e o restante da população, na qual lhes era destinado uma educação precária e direcionada a mão-de-obra, configurando desta forma as desigualdades existentes na população brasileira.

A partir desta realidade brasileira, advinha de uma construção social na qual: uma minoria com mais poder aquisitivo, e uma maioria que detém menor parcela de bens, e que em muitas

famílias, vem a se configurar como, pobreza. Evidencia-se desta forma padrões de vidas heterogêneas, sendo nessa camada social pobre, que se encontram famílias expostas a fatores de riscos, vulneráveis pelas situações oriundas desta discrepância econômica.

Nessa estrutura social e econômica familiar desigual, ocorre um adoecimento por parte dos seus membros, pela vulnerabilidade que estão expostos. De acordo com Scliar (2007, p.37) A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como: “o completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade.” A saúde, portanto, vai depender dessas condições sociais e econômicas para a qualidade de vida do ser humano, e essas famílias adoecidas, muitas vezes deixam a educação em segundo plano, pois a prioridade passa a ser que, mais membros do núcleo familiar trabalhem para aumentar a renda, fator que gera muitos conflitos e fere o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) nos artigos 53, 54,55 e 60.

Situações como essa, levam as famílias a abrir mão do convívio com seus próprios filhos, seja por rejeição, produto de falta de habilidades emocionais para lidar com as adversidades, ou por medida governamental, no sentido de proteger esses jovens menores de idade de seus próprios genitores, devido ao abandono, envolvimento com drogas ilícitas, entre outros fatores, contextos que acabam com a institucionalização desses jovens em casas de acolhimento.

Este cenário é o ambiente onde se desenvolve os trabalhos de mediação pedagógica e psicopedagógica, instituições que anteriormente eram chamadas de orfanatos, e recebiam apenas crianças órfãs e abandonadas. Atualmente, essas instituições denominam-se: casa de acolhimento, que passam a receber crianças e adolescentes cujos direitos previstos na Constituição federal (CF) de 1988 e no ECA, foram violados.

A atuação como mediadores educacionais nas casas de acolhimento oportuniza-se através do Programa de Educação Tutorial PET/CONEXÕES DE SABERES – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, o qual atua após verificar que a maioria dos adolescentes residentes em casas de acolhimento apresentavam distorção idade/ano na escola, e os três pilares: pesquisa, ensino e extensão que compõe o projeto, ocorrem com a tutoria de uma docente sem a qual seria impensável a realização, convergindo tanto em benefícios dos mediadores como dos adolescentes.

O projeto enriquece a vivência dos participantes e privilegia as atuações diretas com os adolescentes, principalmente nos âmbitos pedagógicos e psicopedagógicos, que são o foco da mediação educacional a que se propõem as intervenções. Esses cursos são áreas de conhecimento paralelas que correm no mesmo sentido de promover aprendizagem, perpassando por dificuldades de aprendizagem que possam significar entraves na assimilação de novos conhecimentos.

Tanto a Pedagogia preocupa-se com o aprendente que apresenta déficits em relação a seus pares, quanto a Psicopedagogia visa desatar esses nós que impedem o fluir da aquisição e assimilação dos conteúdos a serem aprendidos.

As áreas se interseccionam, sendo o objeto de estudo da pedagogia a educação, com foco no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, quais caminhos encontrar para que a aprendizagem ocorra de forma a gerar resultados para o aluno, enquanto a psicopedagogia tem o olhar voltado para as dificuldades de aprendizagem do ser cognoscente, e perpassando pela adequação metodológica quando necessário, pode-se trabalhar de forma a corrigir atenuar ou evitar tais dificuldades.

No decorrer do processo educativo a mediação visa à superação das dificuldades de aprendizagem, potencializar as competências e habilidades dos acolhidos, já existentes, que servirão de base para a construção do aprendizado significativo.

As ações mediadoras são pensadas a partir da área de atuação e dos saberes de cada mediador, e são realizadas com os adolescentes em encontros semanais, com acompanhamento individualizado. São realizadas também reuniões periódicas com a tutoria, no sentido de compartilhar o andamento das ações sob a ótica assertiva ou de insucessos, na qual todos podem colaborar com a ampliação do olhar sobre cada um dos adolescentes.

Nessas reuniões as trocas são psicologicamente fortalecedoras e também inspiradoras para o planejamento de novas ações individuais e coletivas, e agregam saberes através da troca de experiências, reflexões e discussões acerca de temáticas abordadas. Concomitantemente nas reuniões acontecem as contribuições entre a pedagogia e psicopedagogia diretamente para as práticas das ações individuais e participativas.

Vários são os desafios encontrados nas mediações, entre eles: o de não se ter a possibilidade de obtenção de mais dados, para que se possa realizar uma anamnese, pois os dados disponíveis sobre os acolhidos são poucos e a possibilidade de fazer exames de ordem investigativa dos limites físicos como acuidade auditiva, visual, alterações cerebrais, que influenciam a cognição e ou a memória, é inviável. O que obriga os mediadores a atuarem sobre o que podem perceber e a fazer várias tentativas até conseguir, talvez, acertar na metodologia adequada para cada um desses jovens.

Nesta abordagem, o presente artigo se justifica pela relevância das reflexões acerca da educação, e do processo de ensino-aprendizagem, que são trabalhadas nas casas de acolhimento com adolescentes em vulnerabilidade social, para a formação dos graduandos nos cursos de pedagogia e psicopedagogia, possibilitando que todo arcabouço teórico e a práxis sejam vivências

contínuas e inseparáveis neste processo para o desenvolvimento das competências e habilidades desses futuros profissionais.

Fundamenta-se a construção desse trabalho, pela relevância em proporcionar para a academia um campo investigativo, na qual possa se investir esforços em pesquisas e estudo sobre a compreensão das relações sociais existentes nestes espaços, para fortalecimento de uma sociedade inclusiva.

Mas, como se dá as relações entre mediador e mediado no processo de ensino aprendizagem em casas de acolhimento? Mediante o questionamento levantado, se faz necessário discutir sobre as contribuições das vivências nestes espaços de educação, para a formação destes futuros profissionais, identificar os desafios no processo de ensino aprendizagem, compreender os fatores que influenciam negativamente para que a mediação na aprendizagem venha a ter resultados, analisar de que forma a mediação pedagógica e psicopedagoga nas casas de acolhimento pode contribuir na educação destes sujeitos.

Portanto, a compreensão dessas relações criadas no decorrer das visitas às casas de acolhimento para a mediação com os adolescentes, abre espaços para o desenvolvimento da práxis educativa no âmbito da pedagogia e psicopedagogia, agregando saberes para a formação docente pela compreensão de todos os fatores que envolvem a educação e as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Esse trabalho em conjunto permite que novos conhecimentos sejam agregados na formação.

Metodologia

Através das experiências promovidas pelas ações desenvolvidas no projeto PET/Conexões do Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, o presente artigo se apresenta em sua metodologia com uma abordagem bibliográfica e descritiva. De acordo com Gil (2008, p.50), a pesquisa bibliográfica é identificada como “[...] parte de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Considerando que nossa base de reflexão partiu de leituras de autores que discutem vulnerabilidade, aprendizagem, mediação e autonomia.

A abordagem utilizada do artigo foi à descritiva, pois tem como “[...] objetivo primordial a descrição das características de determinada população o estabelecimento de relações entre variáveis.”(Gil, 2008, p. 28) por esta abordagem é que descrevemos ações realizadas como mediadores educacionais junto a adolescentes em casas de acolhimento.

Resultados e discussões

No cenário de vulnerabilidade social, crianças e adolescentes tem seus direitos violados e são vitimados por esta situação. A Constituição Federal (CF) de 1988, foi um grande avanço nas políticas públicas sobre o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente no país. No capítulo VII, artigo 227, ela discorre sobre a responsabilidade não só da família, mas também da sociedade e do Estado de:

[...] assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Como assegurar um direito expresso na CF/88 se a família não dispõe de recursos para suas necessidades básicas? As leis, as políticas públicas e a realidade brasileira são paradoxais, pois, os problemas socioeconômicos das pessoas menos favorecidas consolidam uma situação de vulnerabilidade social advinha de fatores de riscos, que impossibilitam que essas famílias possam dar as condições básicas de sobrevivência.

A família norteia no sujeito normas de condutas e estimula o seu potencial para que se desenvolva socialmente em outros espaços. Mas, no entanto, quando esta criança advém de comunidades vulneráveis, em que a educação tem outro significado para suas vidas, e seu grau de relevância está abaixo da sobrevivência, o processo de ensino-aprendizagem se torna difícil (SILVA E RAPOPORT, 2013).

Dentro desta realidade, a práxis dos graduandos do curso de pedagogia e psicopedagogia se efetuam, a partir de práticas educativas, construídas com base em arcabouços teóricos, que dão subsídios, para uma melhor análise de dados que são obtidos no decorrer das vivências na mediação com os sujeitos que residem em casa de acolhimento.

Um dos desafios na mediação do processo de ensino-aprendizagem com esses adolescentes é a vulnerabilidade social, que podem contribuir para a situação de distorção idade-ano na escola, embora essa situação não seja determinante, muitas vezes é fator gerador das dificuldades de aprendizagem, que é o foco a ser trabalhado pelas mediações.

Para Prati, Couto e Koller (2009) *apud* Silva; Rapoport (2013, p. 2-3) a vulnerabilidade social é definida da seguinte forma:

A vulnerabilidade social pode ser expressa no adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica e outras

condições que impeçam ou detenham o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação usada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas.

A vulnerabilidade, desta forma, assume o formato de uma construção social, com diferentes formas, possibilitando que essas fragilidades decorrentes atinja o rendimento escolar dessas crianças e adolescentes. O boletim com notas baixas, a falta de interesse pelos estudos, a indisciplina, a escola conceituada como chata, e professores que eles não compreendem, todos esses elementos descrevem as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem no ambiente institucional, que desestimula o educando.

A falta de concentração, o ambiente inadequado, o fluxo de pessoas, são alguns fatores que impossibilitam resultados mais eficazes na mediação, inibindo o desenvolvimento pleno do educando, fazendo-o acreditar que não sejam capazes de aprender. São essas situações que devem ser levadas em consideração por todos os profissionais envolvidos, que desejam colaborar para a melhora do desempenho escolar, social e do próprio autoconceito desses jovens.

A forma como se constitui o autoconceito é de extrema importância dentro das realidades existentes nas casas de acolhimento. William James é quem primeiro conceitua autoconceito em 1890. O autor citado por Tamoyo (1981, p.88) em seu trabalho de construção de Escala de Fatorial do Autoconceito (EFA), define o autoconceito como o "conjunto de tudo aquilo que o indivíduo pode chamar seu, não só o seu corpo e suas capacidades físicas, mas também seus vestidos, sua casa, seu cônjuge, suas crianças, seus antepassados e amigos, sua reputação e seu trabalho, sua terra, seus cavalos, seu iate e sua conta bancária". Assim, para James, o self é tudo aquilo que pode ser chamado meu ou fazer parte de mim.

Diversos autores desenvolveram conceituações sobre o que seria autoconceito, e divergem nas descrições de suas teorias, porém convergem sobre seu significado. Uma ilustração bem clara disso aparece no trabalho de Nunes (2010), no qual cita três dessas conceituações feitas por autores diferentes:

De acordo com Burns (1986), o auto-conceito é definido como a imagem do que se pensa ser, do que se pode ser e conseguir, do que se idealiza ser e do que os outros pensam do próprio. Por sua vez, segundo Faria e Fontaine (1990) o auto-conceito é a percepção que o indivíduo tem de si próprio. Em termos mais específicos, ele corresponde às atitudes, sentimentos e auto-conhecimento do sujeito acerca das suas capacidades, competências, aparência física e aceitação social. Serra (1988) refere quatro componentes que auxiliam o auto-conceito quando da sua construção: a forma como as outras pessoas vêem o indivíduo, provocando o fenômeno do "espelho" que é caracterizado pela tendência do sujeito para se ver da

mesma forma que os outros o vêem; a consciência do indivíduo sobre o seu desempenho nas várias situações; a comparação do seu comportamento com o dos pares; a avaliação de determinado comportamento em função dos valores do grupo a que se pertence.

Os seres humanos possuem comportamentos adaptativos para cada ambiente em que estão inseridos, o que faz com que seu autoconceito seja multifacetado. Uma mesma pessoa pode ter mais de uma ideia de si mesma, sendo capaz de considerar-se positivamente em relação a aspectos físicos, que dizem respeito ao seu corpo, ao mesmo tempo em que pode sentir-se pouco inteligente alimentando uma autoimagem negativa no sentido cognitivo, e assim por diante em relação a todos os aspectos do self.

Esses fatores influenciarão positiva ou negativamente em sua autoestima, de acordo com o ambiente de convívio mais relevante para o sujeito, portanto, se a família hipotética exemplificada acima considerar a aparência algo importante, e o estudo como algo complementar, o gostar de si do sujeito será elevado, e o autoconceito será, por exemplo, produto de dois aspectos positivos (aparência e aceitação).

Dentro dessa linha de pensamento, outro sujeito de outra família poderá ter uma ideia negativa de seu corpo, e de seus aspectos cognitivos, se o meio em que vive esse indivíduo der muito valor a inteligência e a aparência, isso poderá fazer com que a sua autoestima seja diminuída, influenciando diretamente na formação do autoconceito, nesse caso negativo. Elementos interseccionais como a autoimagem, autoestima e o autoconceito, dependem do feedback que o sujeito recebe das pessoas do seu meio social.

Os adolescentes que chegam ao acolhimento institucional normalmente não acreditam em si, tem problemas com sua aparência, sentem-se rejeitados, e tem um autoconceito profundamente negativo e distorcido. Ao mediador caberá auxiliar na reformulação de tudo que esses adolescentes pensam ou sentem sobre si mesmos, simultaneamente as ações de mediação ou até mesmo através dessas.

Somente a (re)significação do que seja estudar, do quanto isso poderá ajudá-los na autoafirmação social agora, e quando adultos, pode conduzir os adolescentes acolhidos a querer aprender, no entanto isso não é tudo, não basta querer aprender, é preciso conseguir entender os conteúdos escolares, vencer múltiplos bloqueios com a ajuda dos mediadores e verificar por si mesmos que são capazes. A partir desse ponto de crescimento pessoal, poderá acontecer o desenvolvimento proximal, através da aprendizagem significativa.

Mas, como ocorre o processo da aprendizagem significativa para o educando? Como trabalhar para se obter resultados em uma progressão que os envolva e os estimule a se automotivar? Para o psiquiatra norte-americano David Paul Ausubel, em sua teoria cognitivista da aprendizagem significativa, ele procura explicar os mecanismos internos que ocorrem na mente humana com relação ao aprendizado. Afirma que, para ocorrer à aprendizagem é necessário que a estrutura cognitiva do indivíduo, que é o conteúdo total e organizado de ideias, se amplie através da incorporação de novas ideias.

A aprendizagem pode variar entre a mecânica e a significativa, isso vai depender de que forma as ideias já existentes e as novas estão se relacionando. Na aprendizagem significativa as novas ideias se relacionam de forma não arbitrária e substantiva com as já existentes, o aluno estabelece relações entre os conceitos. Na mecânica, existe apenas a memorização, a inserção de conceitos dá-se de forma aleatória, sem considerar o que ele sabe (MOREIRA, 1995).

Na teoria da aprendizagem de Ausubel, de acordo com Pelizzari; Krijj et. al (2002, p.38) ele propõe que, “os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados, para que possam construir estruturas mentais utilizando, como meio, mapas conceituais que permitem descobrir e redescobrir outros conhecimentos.” Nesta perspectiva, a mediação com os adolescentes na casa de acolhimento, foi iniciada com uma diagnose, para que se pudesse verificar o conhecimento prévio que eles possuíam, e desta forma dar continuidade no processo de ensino-aprendizagem.

Com esta verificação, a mediação dos cursos de pedagogia e psicopedagogia, se propõem a construir nos encontros uma base de dados para se trabalhar nas deficiências que esses adolescentes possuem nas disciplinas escolares, produzindo materiais que venham a construir um novo formato em suas mentes no qual o que for ensinado, tenha sentido.

Para a progressão desse aprendizado, é necessária a predisposição deste jovem, e o vínculo entre o mediador e o acolhido é fundamental para que os resultados neste processo sejam alcançados. E esta relação possa contribuir para que os adolescentes encontrem estímulos para se motivar a aprender.

Uma relação que pode ser iniciada com a rejeição, mas que na continuidade das visitas oportuniza uma convivência, na qual eles acolhem aquele que os media. Abrindo espaços, para que os mediadores possam trabalhar, além da educação e das dificuldades de aprendizagem, trabalhar o respeito, o autoconceito e a autonomia, para que esses adolescentes se percebam como sujeitos de direitos.

Neste contexto, a aprendizagem, de acordo com a teoria de Vygotsky, ocorre no momento em que o mediador ajuda o adolescente a ampliar seus conhecimentos a cerca de saberes que lhes são comunicados, e que faz sentido através da mediação que foi realizada.

Cavalcanti (2005) *apud* Silva e Rapoport (2013, p. 5) trazem o conceito de zonas de desenvolvimento real e proximal de Vygotski que discorre no processo de ensino-aprendizagem, da seguinte forma: “Zona de desenvolvimento real corresponde á capacidade já adquirida pela criança , e a zona de desenvolvimento proximal corresponde ao potencial a ser desenvolvido, que a criança poderá alcançar com o auxílio de um adulto.”

A zona de desenvolvimento real dos adolescentes, que cresceram em situação de vulnerabilidade, costuma ser muito escassa, em função da falta de estímulos dos pais, devido a uma situação de reprodução intensificada pela desigualdade social e econômica.

Os adolescentes chegam às casas de acolhimento, com a ideia que ganhar dinheiro é mais importante que estudar, traz consigo traumas, e seu intelecto é afetado por varias razões sem acreditar no seu próprio potencial, o pensamento está desorganizado tanto quanto suas vidas, e prejudicando sua visão de futuro.

Os traumas sofridos são muitos, e com o desligamento da família tende a se intensificar, pois em algumas situações, os adolescentes não compreendem que foram afastados de seus familiares, porque estes se encontravam em situação de extrema pobreza, uso de drogas, alcoolismo, e em outros casos a rejeição da própria família.

O mediador irá atuar exatamente na zona proximal de desenvolvimento, que está entre o nível de desenvolvimento real e o potencial. A mediação busca o empoderamento como forma de fortalecer o desenvolvimento real do sujeito, para formar uma base para receber os novos conhecimentos.

Portanto, diante de todos os formatos descritos nos desafios, e nas dificuldades que permeiam o processo de ensino-aprendizagem, percebe-se, que as vivências do mediador com os acolhidos trazem respaldo norteador para trabalhar caminhos que venham a servir de parâmetros iniciais no processo educativo destes adolescentes.

A mediação realizada nas casas de acolhimento busca contribuir para que os adolescentes possam idealizar projetos futuros para suas vidas, indo além do processo de ensino-aprendizagem formal, pois, ela permeia também uma aprendizagem emocional, no momento em que vínculos de afetividade entre o adolescente e o mediador são constituídos, e se potencializam a cada encontro criando um mundo de possibilidades, que não foram transmitidas no âmbito familiar.

Para essa autonomia, pontuam-se as contribuições que ambas as áreas de saberes oportunizam para esses jovens: A mediação pedagógica busca através do seu objeto de estudo que é a educação, o processo de ensino-aprendizagem, desenvolver um sujeito intelectualmente crítico, o levando a refletir sobre o conteúdo que está sendo trabalhado, questionar, se apropriar do conhecimento. A psicopedagogia trabalha no mesmo viés, procurando as causas dos possíveis entraves de aprendizado que possam levar o adolescente a perder-se do prazer de aprender, que é inato no ser humano, obstaculizando a aquisição de uma real autonomia.

A partir desta perspectiva Freire (1998, p. 25) conceitua o que seja verdadeiramente ensinar, para a autonomia do educando, ele cita que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou a sua construção”, o autor aponta esse papel da mediação do docente no ato de ensinar para que se constitua no sujeito, a sua subjetividade com criticidade.

Mesmo em modelos ideológicos de educação instituídos, esse sujeito deve atuar politicamente consciente de suas decisões. Toda a educação, seja formal, informal ou não formal deve apontar para autonomia do ser educando, para que ele através das educações que lhes são transmitidas possa se apoderar desse conhecimento e ter a consciência do seu inacabamento como ser histórico-social.

Os adolescentes não institucionalizados “ganham” sua autonomia naturalmente, a partir da educação recebida de seus pais, enquanto os acolhidos precisam aprender princípios básicos de ética e respeito ao próximo, somente a partir da casa de acolhimento. As fases de desenvolvimento desses sujeitos em vulnerabilidade não seguem uma sequência lógica de evolução.

Portanto, o foco a se trabalhar nas casas de acolhimento: é a autonomia desses adolescentes. As vivências oportunizam, mesmo com tantos entraves, que possamos nos debruçar sobre a prática educativa e mediar uma educação que tenha significado. Favorecendo, não só a autonomia dos jovens acolhidos, mas também agregando valores experienciais a nossa formação acadêmica.

Conclusão

Todos os formatos de desafios que foram mencionados para se trabalhar a autonomia dos adolescentes nas casas de acolhimento, traz a certeza de que inúmeras pesquisas aplicadas devem ser desenvolvidas no sentido de colaborar com a afirmação da dignidade desses jovens como sujeitos de direitos, e que venham a possibilitar ações pedagógicas e psicopedagógicas que colaborem para a progressão do processo de ensino e aprendizagem.

As reflexões acerca das realidades desses adolescentes acolhidos não se encerram com esse trabalho, vem apenas problematizar, não o início, mas uma sequência de discussões de âmbito abrangente, indo desde a elaboração de políticas públicas, que se efetivem na construção de uma perspectiva a transformar a realidade desses indivíduos.

O envolvimento de todas as áreas de saberes, não só das licenciaturas, são necessárias para que se construa uma matriz sólida, impermeável para se combater a desigualdade social e econômica em nosso país. É pertinente ressaltar a necessidade de desenvolver projetos que possam colaborar na construção de políticas públicas que visem garantir os direitos desses jovens.

As reflexões acerca das vivências nas casas de acolhimento junto aos adolescentes, exaltam a relevância da mediação pedagógica e de psicopedagogia, oportunizadas pelo projeto, pois, contribuem para a formação discente, trazendo inquietações para se trabalhar o campo investigativo, propiciar o aprofundamento para se compreender todo o processo de construção e manutenção de uma sociedade elitista e desigual.

Portanto, as duas áreas atuam diretamente com os adolescentes de forma a contribuir tanto através das práticas educativas, quanto de atividades que estimulem as capacidades cognitivas necessárias diante do processo de ensino aprendizagem, e estimula a criticidade do indivíduo preparando-os para exercer o direito de sua cidadania. Com a mediação, a aprendizagem ocorre através de dois eixos: o do adolescente e do mediador, em um processo contínuo de construção, em que ambos participam do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Inez Eunice; DELAINI Lorenzo. **Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Monitoramento em Rede**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015. (Coleção Direitos Humanos).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <
<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/constituicaofederal1988.pdf>> Acesso: 05/09/2017.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: <
<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/ECA%20ATUALIZADO.pdf/view>> Acesso em: 05/09/2017.

CHESINI, Aline Andrioli. **Pedagogos(as) em instituições de acolhimento: fazeres e Saberes**. 18 de maio de 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná Curitiba 2015. Disponível em: <



http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2015/m2015_Aline%20Andrioli%20Chesini.pdf.>
Acesso: 25/08/2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25ª Edição PAZ E TERRA Coleção Leitura. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, M.A. (1995). Monografia n° 10 da 5th-ie Enfoques Teóricos. Porto Alegre. Instituto de Física da UFRGS. Originalmente divulgada, em 1980, na serie "Melhoria do Ensino", do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES)/ UFRGS, N° 15.Publicada, em 1985, no livro "**Ensino e aprendizagem: enfoques teóricos**", São Paulo, Editora Moraes, p. 61-73_ Revisada em 1995.

Disponível

em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3369246/mod_resource/content/1/Capitulo%2010%20-%20A%20teoria%20da%20aprendizagem%20significativa%20de%20Ausubel%20-%20Teorias%20de%20Aprendizagem%20-%20Moreira%2C%20M.%20A.pdf. Acesso: 05/08/2017.

NUNES, Mônica Andréia Cabral. **Auto-conceito e suporte social em adolescentes em acolhimento institucional**. 2010. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2791/1/ulfp037552_tm.pdf> Mestrado Integrado em Psicologia. (Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica) Acesso em: 05/09/2017.

PELIZZARI, Adriana; KRIEGL, Maria de Lurdes; et. al. **Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel**. Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012381.pdf>> Acesso em:25/08/2017.

PUSSETTI, Chiara. **As razões do coração: entre neurociências culturais e antropologia das emoções**. RBSE: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 14, n. 42, dez. 2015.

SCACHETTI, Ana Ligia. **Ensino com catecismo**. Revista Nova Escola: Gestão Escolar. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3433/ensino-com-catecismo>. Acesso em : 25/08/2019.

SCLIAR, MOACYR. História do Conceito de Saúde. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>> Acesso em: 08/09/2017.

SILVA, Sabrina Boeira; RAPOPORT, Andrea. **Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social**. Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>. 2013.

TAMOYO, Alvaro. **EFA: Escala Fatorial de Autoconceito**. Psicologia do aconselhamento. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/39277087-Efa-escala-fatorial-de-autoconceito.html>> Arq. bras. Psic., Rio de Janeiro.1981.